



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: MARIO COVAS NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10/08/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2017, tendo, por objetivo, expor e debater o seguinte projeto de lei, PL 246/2017, de autoria do Vereador Celso Jatene e outros, que estabelece diretrizes para adoção de medidas de desestatização ou em qualquer hipótese de celebração de parceria destinada à ampliação da interação entre o município de São Paulo e a iniciativa privada, por meio de ajuste e qualquer natureza.

Informo que essa reunião está sendo transmitidas no portal da Câmara - www.camara.sp.gov.br, link TV Câmara, Auditórios On-Line.

Já está, ao meu lado, o proponente do PL 246/2017. Eu questiono se algum dos presentes gostaria de se manifestar a respeito desse tema. (Pausa)

Tem a palavra o nobre Vereador Celso Jatene.

O SR. CELSO JATENE – Sr. Presidente, antes de falar sobre o projeto, eu quero agradecer V.Exa., e, em seu nome, agradecer toda a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, pelo equilíbrio e pela forma isenta que V.Exa. e os demais membros da comissão têm tocado os trabalhos da comissão.

Eu quando apresentei esse projeto, tive uma resistência desigual, uma resistência estranha por parte da liderança do Governo, que simplesmente declarou guerra ao projeto, que apresenta apenas transparência. Assim que o projeto chegou na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, foi apreciado, foi votado e depois, da mesma forma, ocorreu na Comissão de Administração Pública e na Comissão de Finanças e Orçamento, mas se não fosse a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa ter iniciado o processo da forma como iniciou, não tem não teríamos tido êxito no andamento do projeto.

Da mesma forma, quando fiz o requerimento a V.Exa., para a realização da audiência pública, também V.Exa. teve uma atitude muito digna em relação à apresentação do

requerimento na comissão e a própria comissão na aprovação do projeto. Há um motivo que é consolidado em relação a isso. O projeto foi apresentado por mim e recebeu a autoria de mais 32 Vereadores. É difícil pegar um projeto de lei, nesta Casa. Estou aqui há quase 17 anos, que receba a autoria de 32 Vereadores. Eu gostaria, até para poder constar no registro de gravação da Câmara, citar os nomes dos Vereadores que são autores do PL 246/2017, junto comigo, Vereadores Adilson Amadeu, Alexandre Guedes, Alfredinho, Alfredinho, André Santos, Arselino Tatto, Atílio Francisco, Camilo Cristófar, David Soares, Eduardo Suplicy, Eduardo Tuma, George Hato, Gilberto Nascimento Júnior, Isac Felix, Jair Tatto, Juliana Cardoso, Noemi Nonato, Ota, Paulo Frange, Police Neto, Patrícia Bezerra, Rinaldi Digilio, Reis, Ricardo Nunes, Ricardo Teixeira, Rodrigo Goulart, Ruth Costa, Senival Moura, Soninha, Toninho Vespoli, Tripoli e Zé Turin.

Como V.Exa. pode ver, são Vereadores de diversos partidos. Então é um projeto que simplesmente cria critérios de transparência, critérios de garantias para o processo de desestatização da cidade de São Paulo. Não é um projeto de lei que evita a desestatização, as concessões, as parcerias público-privadas, as privatizações que vêm por aí. Ele cria critérios de transparência e critérios de garantia para o Município de São Paulo, para a Prefeitura e para Cidade como um todo.

Ainda ontem estava lendo sobre os problemas que a Cidade está vivendo em relação ao transporte público e aí numa matéria está dizendo que o rombo previsto no orçamento, principalmente na questão voltada ao transporte público, seria em torno de 7,5 bilhões segundo os cálculos do Secretário da Fazenda da cidade de São Paulo. Virando algumas páginas, matérias sobre as privatizações mostravam que a Prefeitura pretende arrecadar com um pacote gigantesco de privatizações sete bilhões de reais. Quer dizer, você cobre o rombo do primeiro ano com a venda de uma série de equipamentos e, no segundo ano, faz o quê? É essa transparência que a gente precisa: saber o que vai ser feito, de que forma vai ser feito, quem vai fazer, por que vai fazer, se as empresas que vão participar têm

condições.

Por exemplo, a questão do compliance que está na legislação Federal. Uma empresa que vai entrar em uma licitação qualquer seja para administrar cemitério, seja para administrar Pacaembu, seja para administrar o Bilhete Único, seja para comprar o Anhembi ou Interlagos, tem de estar dentro dos critérios da regra de compliance que estão na legislação federal. É exemplo. É exemplo de defesa do patrimônio público, do parceiro que vem pela frente.

Até comentava com o jornalista Juca Kfourri outro dia que tem hora em que precisamos ter sorte na vida pública. Se você trabalha com transparência, com seriedade, tudo isso tem de ser acompanhado de sorte. Eu deixei o chamamento do Pacaembu, quando era Secretário de Esportes pronto para publicar, no final de 2013; e aí, na época, o Sr. Prefeito Fernando Haddad disse para mim: “Você não prefere esperar passar a Copa do Mundo? Eu acho que é mais conveniente, porque agora estão construindo os estádios da Copa.” Eu falei: “Eu acho que é prudente a gente esperar. Está pronto, mas vamos esperar”. Se eu tivesse apresentado aquele chamamento, no final de 2013 e não no início de 2015, muito provavelmente as empresas que estão envolvidas hoje na Lava Jato, OAS, Odebrecht e outras, que foram aquelas que construíram as arenas da Copa do Mundo, teriam vencido o chamamento do Pacaembu, e hoje o Pacaembu seria um ponto de interrogação, mas havia transparência. Agora fizeram o chamamento público do Pacaembu - é um exemplo - de forma genérica, sem pré-requisito nenhum, como era o nosso. O nosso tinha pré-requisito. O que é preciso fazer no Pacaembu para ganhar o chamamento público? Então, segundo o Sr. Secretário Poit, que inclusive foi o nosso companheiro no outro Governo e agora faz parte do Governo Doria, disse assim: “Nós precisa ouvir o mercado, saber o que o mercado tem para dizer em relação ao Pacaembu”. O prazo terminou, três de julho. Nós votamos o projeto, em primeira, no dia 31 de junho. Eu inclusive pedi para os Vereadores: “Espera, para a gente ver quais são as propostas. Vamos votar em agosto”. Bom, hoje é dia 10 de agosto. São quase 40

dias que o prazo se esgotou e os projetos foram apresentados. Quem são as empresas? Quem são os consórcios que apresentaram? São cinco projetos. O que dizem esses projetos? Ontem houve uma audiência pública da Comissão de Política Urbana sobre o Pacaembu. Eu fui lá porque achei que iam apresentar os projetos, e foi anunciado que os projetos não iam ser apresentados. Aí o Presidente do Conpresp disse: “Fizemos uma reunião inédita entre o Conpresp e o Condephaat, para discutir os projetos do Pacaembu”. Quais são os projetos? Disseram: “Não posso falar.” O que vocês discutiram lá? Disseram: “Não posso falar.” O que apresentaram? Alguém apresentou que o Pacaembu vai virar uma igreja? Alguém apresentou que o Pacaembu vai virar um *shopping*? Alguém apresentou que o Pacaembu vai virar um prédio de escritórios comerciais? Então, qual é o objetivo do projeto 246/2017? É transparência, é seriedade no encaminhamento e é respeito ao patrimônio público. São regras elementares que podem servir para o Governo do Sr. José Doria, para o Governo do próximo que virá por aí e para o outro Governo, que vem em seguida. São regras que defendem o patrimônio público e dão satisfação para a população da Cidade; são regras de respeito ao trabalho do Legislativo, porque o Legislativo não está aqui só para homologar aquilo que o Poder Executivo acha que tem que ser rápido e acha que não deve dar publicidade. Como é que já se faz 40 dias que apresentaram os cinco projetos para o Pacaembu e ninguém sabe quais são os projetos? Ninguém sabe quais são as propostas. Disseram: “No momento oportuno, nós vamos divulgar”. Qual é o momento oportuno? Qual é o momento oportuno? Há uma regra que nós estabelecemos nesta Casa. Em 2002 ou 2003, não existe congresso de Comissões sem os projetos passarem inicialmente pela Comissão de Justiça. Por que tanta pressa, a ponto de colocar a Comissão de Justiça no congresso de Comissões? Então, é isso. Na verdade, o projeto 246/2017, que é curto, mas é objetivo, só quer defender a cidade de São Paulo, defender o patrimônio público e defender a transparência, a seriedade e a lisura no processo de desestatização da Cidade.

Então, eu quero agradecer V.Exa. Com essa audiência, nós estamos cumprindo o

primeiro momento de audiências públicas. Quarta-feira de manhã da semana que vem, nós teremos a segunda audiência pública na Comissão de Finanças. O projeto já passou pelas comissões, já está em condições de pauta. No acordo de Vereadores para votação hoje ou quem sabe terça-feira que vem, por conta dos problemas que nós estamos tendo no plenário, eu apresentei esse projeto, para a primeira votação, que é assinado por 32 Vereadores, e o projeto não foi colocado na pauta. Então, eu estou com o requerimento, para que ele seja colocado em pé de pauta, porque se eu sou um Vereador e tenho direito de votar um projeto em primeira votação, que, segundo a lenda, nos projetos do Executivo, primeira votação não é nada, é só para andar o processo legislativo, e o projeto não foi pautado, então, eu estou aí com um requerimento, para que esse projeto faça parte do pé de pauta, e vou pedir para os outros autores do projeto ajudarem-me a fazer o projeto ser votado em primeira.

Quero agradecer de novo V.Exa. pela atenção que foi dada pelo nosso mandato.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Nobre Vereador, é obrigação aqui da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa dar oportunidade para todo projeto de lei, especialmente aqueles de dependem de uma audiência pública, possa ser realizado. Independentemente da questão de mérito, eu acho que tem que se dar oportunidade sim. Mais do que isso, esse é um tema do momento. Portanto, acho que é o ingrediente que tem que ser considerado na hora de regulamentar, fazer as concessões ou a desestatização que o Governo pretende fazer.

Também concordo com V.Exa., de que a pressa não se justifica em alguns casos. Podem fazer as coisas com pressa, e normalmente os projetos do Governo aqui são votados com muito mais rapidez do que os projetos de Vereadores, mas nem por isso se precisa ferir o Regimento Interno nem cometer uma ilegalidade, tal qual foi cometida não só com esse último projeto, o 367, no final do ano, mas isso já aconteceu em outras votações durante o primeiro semestre. Tive a oportunidade de alertar não só o Presidente da Casa, como também o Sr. Prefeito e falei, no microfone, em plenário, que se isso voltasse a acontecer, eu iria para a

Justiça. Eu fiz duas questões de ordem anteriormente etc. e, mesmo assim, o Presidente da Casa, na sua visão de atender rapidamente ao Governo, desatende ao que diz o Regimento. Então, é equivocado. Essa não inclusão, na pauta, do seu projeto, mostra um pouco o espírito que norteia a Presidência da Casa. De fato, em primeira votação, eu sempre digo que é para o projeto andar. Então, não justifica não estar o seu projeto em primeira votação.

Mais do que isso, aqui há um certo receio, de que se faça a discussão, aprofundando os projetos dos Vereadores. Então, faz-se um acordo. Se as lideranças se manifestarem a favor, então é colocado em pauta. Se alguém colocar uma objeção, não é colocado em pauta. O plenário está aí para isso. Vamos votar. As pessoas que estiverem de acordo votam a favor. Se não estiverem, votam contra. Qual é o problema? Nós não precisamos ter projetos que tenham unanimidade e nem tampouco que sejam previamente aprovados pelo Governo. Eu, durante a legislatura passada, tive vários projetos que foram vetados e reapresentei todos agora, porque considerei que, naquele momento, era uma decisão de caráter político. Como eu acho que o projeto é bom, não está para criar caso ir para o Governo, pelo contrário, é para melhorar a condição da Cidade, eu reapresentei todos agora, e tenho a esperança de que eles sejam aprovados. Imaginem um projeto que foi vetado anteriormente e que eu reapresente agora, o Sr. Presidente da Casa simplesmente não coloca em pauta para votar, porque não há entendimento. Como assim? Em relação a minha condição, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, tenho certeza de que V.Exa., como qualquer outro Vereador aqui, terá a mesma oportunidade, seja do Governo, seja da Oposição, apesar de eu ser um Vereador da base do Governo. Então, a minha função aqui não é ser Governo; a minha função aqui é defender a posição da Casa Legislativa, é defender os Vereadores, e, por isso, para mim, todos têm o meu respeito, todos têm a minha consideração e todos estão imbuídos no espírito de melhorar as coisas, ainda que a ideia deles não prevaleça numa ideia coletiva. Não há problema, mas eu acho que a ideia original visava um objetivo maior. Então, conte com este Vereador e conte com esta

Presidência.

O SR. CELSO JATENE – Obrigado, Sr. Presidente. Eu procurei ser breve na minha manifestação. Não aprofundei nenhum detalhe sobre o projeto. Acho que o projeto é de conhecimento geral, mas eu quero me colocar à disposição. Se alguém tiver alguma dúvida específica e técnica sobre o projeto, eu estou à disposição para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Alguém gostaria de fazer um questionamento?

O SR. DAVID SOARES – É uma honra estar aqui compondo esta Mesa muito brevemente. Eu vim muito mais para ouvir do que para falar. O projeto é sério. A situação que estamos colocando, na Cidade, a alienação de bens, é uma discussão profunda do que será feito e como será feito. É importantíssimo. Eu só estou frustrado por causa de esta mesa estar vazia aqui. Deveria isso estar concorrido aqui, visto o assunto ser de suma importância para a Cidade.

O SR. CELSO JATENE – Registro que o Vereador David Soares é um dos autores do projeto também.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Em nada mais a ser tratado, declaro encerrada essa audiência pública, agradecendo a presença de todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.